

EFEITOS DELETÉRIOS CAUSADOS PELO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ASSOCIADOS AO APARECIMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Data de aceite: 02/09/2023

Talita Ferreira do Carmo

Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM

Giovana Garbim Veronese

Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM

Maria Eduarda Marques de Rezende Malagoli

Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM

Iris Isabela da Silva Medeiros Guimarães

Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas-UNIPAM

Durante o século XX foi possível observar uma modificação do padrão de morbimortalidade da população, transitando de um cenário com altas taxas de doenças infecciosas para um panorama com elevada prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BRUSSE, 2020). Esse cenário é decorrente da mudança comportamental da sociedade que adota, frequentemente,

hábitos descritos como fatores de risco para o desenvolvimento de DCNT, salientando o sedentarismo e o consumo excessivo de substâncias psicoativas. Como resultado, têm-se que as DCNT (classificadas em quatro principais grupos de doenças crônicas: cardiovasculares, cânceres, respiratórias crônicas e diabetes) representam atualmente um dos maiores problemas da saúde pública tanto na esfera mundial quanto nacional, totalizando 41,8% de mortes ocorridas entre 30 e 69 anos de idade, no Brasil (BRASIL, 2021).

As drogas psicotrópicas – como o álcool, o tabaco, a maconha e a cocaína - caracterizam-se por atuar no cérebro e provocar modificações na sua função, alterando o comportamento, o humor e a percepção do indivíduo. Nesse âmbito, o uso de substâncias psicoativas configura-se, igualmente, como um grave impasse na saúde pública, sendo responsável por uma parcela significativa de mortes

e, também, por fomentar despesas financeiras altas. Nota-se o aumento do contato com esses compostos em alguns países ao se comparar com as gerações anteriores, atingindo a marca de 284 milhões de pessoas que fizeram uso de drogas em 2020, uma elevação de 26% quando comparado com dados de 2010 (VELLOZO et al., 2023). As causas que acarretam a experimentação e o definitivo uso dessas substâncias são de origem multifatorial, sobressaindo as condições sociodemográficas, especialmente a problemática da faixa etária, e, quanto mais prematura a introdução desses hábitos maléficos, maiores as chances de determinar dependências e complicações futuras (BORGES et al., 2022).

Nesse viés, a associação entre a utilização de drogas e o desenvolvimento de DCNT implica em uma urgente correção, mediante aos prejuízos suscitados. A Lei Orgânica da Saúde (Lei Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990) aborda a saúde de maneira ampla e preconiza a promoção, proteção e prevenção da saúde, observando a necessidade de acompanhar as demandas da comunidade e, por conseguinte, fortalecer a vigilância dos fatores de risco e de proteção para as DCNT em prol do aumento da qualidade de vida e da redução de danos da população brasileira (FERREIRA et al., 2022). Desse modo, por se tratar de fatores de risco passíveis de modificação, a Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS), que enfatizou o compromisso do Estado brasileiro com a ampliação e a qualificação de ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do SUS, determinou como tema prioritário o enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas, com o intuito de promover a diminuição do consumo dessas substâncias e mobilizar ações educativas, econômicas e sociais efetivas para esse fim.

PARÂMETRO GERAL DAS PRINCIPAIS DROGAS PSICOTRÓPICAS.

O uso de substâncias psicoativas pela humanidade ocorre há mais de 10000 anos e, comparativamente a esse período de tempo, os estudos que correlacionam as consequências dessa exposição para os indivíduos são recentes. Ao equiparar esses dois fatos, evidencia-se uma forte relação de tipos específicos de drogas com o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis correspondentes.

Álcool

O álcool é uma substância psicoativa com propriedades que causam dependência e seu uso nocivo tem um grande peso na carga de doenças, além de um ônus social e econômico para as sociedades. O uso nocivo do álcool também pode resultar em danos a outras pessoas, como membros da família, amigos, colegas de trabalho ou estranhos. (OPAS, 2020). Além disso, o consumo do álcool é um dos principais fatores de risco para a saúde da população mundial, e o avanço no conhecimento sobre o impacto do seu uso

abusivo sobre a saúde dos indivíduos e das populações vem evidenciando a associação da substância com a mortalidade e a ocorrência de uma ampla variedade de doenças crônicas, como neoplasias malignas, doenças cardiovasculares, doenças do fígado, entre outras (BRASIL, 2021).

O uso abusivo de álcool é definido como a ingestão de quatro ou mais doses de bebidas alcóolicas entre as mulheres e cinco ou mais entre os homens, em uma mesma ocasião, nos últimos 30 dias. (BRASIL, 2019). Ao tomar como parâmetro os dados comparativos de Brasil, (2022), nota-se que a prática do consumo abusivo de álcool tem se tornado cada vez mais frequente, visto que em 2006 esse número era de 15,7% e já em 2020 passou a ser 20,9% (aumento médio de 0,22%/ano).

Como consequência, tem-se um cenário em que muitas pessoas ou ficam no grupo de risco para o surgimento de doenças crônicas, mas sem desenvolver a doença, ou passam a ser portadores de alguma doença crônica, ainda que sejam indivíduos jovens. Segundo Souza, (2014), o consumo moderado de etanol atua aumentando os níveis de lipoproteínas de alta densidade (HDL-c), já o consumo excessivo de etanol consta uma elevação dos níveis de lipoproteínas de baixa densidade (LDL-c). Ainda consoante a autora, estudos anteriores que analisaram o mecanismo fisiopatológico do etanol sobre o surgimento de hipertensão arterial crônica referem-se à estimulação simpática ou adrenal e ao sistema renina-angiotensina-aldosterona, ambos atuando nas vias inibitórias do centro vasomotor e causando aumento nos níveis de hormônio antidiurético, cortisol e comprometimento do mecanismo barorreflexo. Ademais, de acordo com Bahia, (2017), as bebidas alcóolicas podem alterar as taxas de açúcar no sangue, tanto aumentando os valores da glicemia como diminuindo e causando hipoglicemia (quando o estômago está vazio, por exemplo).

Tabaco

O consumo de tabaco era amplamente difundido nos meios de comunicação como um estilo de vida, todavia, em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a propaganda de produtos de fumo como uma medida de promoção da saúde. Além de desestimular o uso, tal medida objetivou informar à população acerca dos riscos, evidenciando a extensão temporária que abrangem as tentativas de resolução do impasse.

A nicotina é derivada das folhas da planta do tabaco (*Nicotiana tabacum*) e apresenta um significativo potencial de gerar dependência, com taxas mais elevadas quando comparada ao álcool e à cocaína (MALBERGIER, 2018). Uma das dificuldades de controlar o consumo dessa substância situa-se na diversidade de formas como é comercializada, como cigarro, charuto, cachimbo, cigarro de palha, cigarrilha, tabaco para narguilé e dispositivos eletrônicos para fumar (BRASIL, 2023). A crença de que há formas menos

nocivas do uso de tabaco oferece subsídio para a introdução desse vício entre crianças e adolescentes, quando, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2022), não existe um nível seguro de exposição a essa droga e todas as suas modalidades são prejudiciais.

Desse modo, devido à crescente utilização de cigarros eletrônicos (que podem ou não conter nicotina), coloca-se em pauta uma nova vertente de riscos desconhecidos para a população e que necessitará de ações de educação em saúde.

O tabagismo está intrinsecamente associado ao desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis e, conseqüentemente, à mortes precoces, uma vez que todo o corpo é atingido, tanto com o uso efetivo quanto na condição de fumante passivo. É definido como fator de risco para o surgimento de doenças cardiovasculares e cânceres de fígado, esôfago, laringe, faringe (pescoço), estômago, entre outros, sendo responsável por 90% das mortes por câncer de pulmão (BRASIL, 2023). Além disso, estima-se que 7 milhões de mortes a cada ano estão relacionadas ao uso de tabaco, segundo a OMS (2022).

Drogas ilícitas

As drogas ilícitas, como a maconha, a cocaína e o ecstasy, são substâncias psicoativas que causam dependência química e representam um problema de saúde global. A atuação dessas substâncias implica alterações no funcionamento do Sistema Nervoso Central, levando a complicações tanto biológicas, quanto sociais (MALBERGIER, 2013). No Brasil, tem-se observado um aumento do uso de entorpecentes nos últimos anos, principalmente entre os indivíduos mais jovens, pertencentes a faixa dos 25 aos 29 anos (BRASIL, 2022). Segundo Malbergier, 2018, o uso de drogas tem associação direta e indireta com diversas doenças crônicas, podendo causar alterações variadas, dependendo do efeito de cada substância. Assim, é importante estabelecer uma relação entre o impacto do uso de entorpecentes e o agravamento de doenças crônicas.

A droga mais utilizada na atualidade é a maconha e estudos comprovam que a fumaça inalada causa alterações na histologia do epitélio bronquial de usuários da Cannabis, ocasionando o surgimento de doenças respiratórias. Outro problema frequente ao uso da maconha é o fato de serem utilizados cigarros sem filtro, desse modo, uma maior quantidade de partículas nocivas, altamente carcinogênicas, entram nos pulmões, levando a uma maior predisposição ao aparecimento de câncer de pulmão. Além disso, há forte associação entre o uso de maconha e tabaco, o que agrava as doenças respiratórias, pois ocorre um aumento dos efeitos deletérios causados por ambas as substâncias (MALBERGIER, 2018).

Entretanto, também existem outras pesquisas que comprovam que o canabidiol

(CBD), um dos compostos de maior destaque da Cannabis sativa, pode ser utilizado como tratamento de algumas DCNT, como por exemplo a epilepsia. Isso ocorre pois o CBD interfere nas vias de sinalização associadas à adenosina e na modulação de cálcio intracelular, isso faz com que ocorra uma diminuição considerável na quantidade de crises convulsivas que esses indivíduos apresentam (OSHIRO et al., 2022). Também, existem evidências que mostram a eficácia do uso de CBD em outras doenças crônicas não transmissíveis, como a esclerose múltipla e a doença de Parkinson. Porém, mesmo tendo seu efeito benéfico comprovado, ainda faltam estudos que garantam a segurança dessa substância. Assim, é importante ressaltar que a utilização do CBD é feita através da extração do óleo da planta e convertido em medicamento, não sendo inalada, o que se difere do consumo recreativo, que apresenta diversos malefícios à saúde (BRUCKI et al., 2015).

Segundo o Primeiro Informe do Subsistema Rápido sobre Drogas (SAR), 2022, a cocaína é uma das drogas estimulantes do SNC com uso mais prevalente em todo o mundo. O uso dessa substância causa aumento da demanda de oxigênio, levando ao aumento da pressão arterial (PA) e da frequência cardíaca dos usuários. Também observam-se alterações endoteliais, trombose de coronárias, e aneurisma de artéria coronária, o que influencia de maneira direta no aparecimento da Síndrome Coronariana Aguda, importante DCNT cardiovascular (MALBERGIER, 2018).

O ecstasy, outro entorpecente comumente consumido por dependentes químicos, de maneira muito semelhante à cocaína, também ocasiona o aumento da PA, por causa da demanda do miocárdio por oxigênio (MALBERGIER, 2018). Essa substância, também apresenta forte influência no Sistema Nervoso Central, pois interfere no funcionamento dos neurotransmissores, tendo alto poder de toxicidade (XAVIER et al., 2008), influenciando no surgimento de DCNT.

Diante da comprovação que as drogas ilícitas causam efeitos adversos, que ocasionam o surgimento e o agravamento das doenças crônicas não transmissíveis, entende-se que é de fundamental importância a prevenção do uso dessas substâncias, visando também a promoção de saúde. Um ponto importante a ser considerado em relação ao efeito benéfico do canabidiol é que o uso desse composto deve ser regulamentado pelas autoridades competentes, baseados em estudos com alto grau de evidência. Sendo assim, a utilização do CBD de maneira indiscriminada representa um problema da mesma maneira que as outras drogas.

EPIDEMIOLOGIA DO USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Segundo dados coletados por Brasil (2022), na Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), o uso abusivo

de álcool sofreu uma variação maior em mulheres, sendo que em 2006 a frequência era de 7,8% e passou a ser 16% em 2020 (variação de 0,44%/ano). Já em homens essa frequência foi de 25% em 2006 para 26,6% em 2020 (apesar de ser um consumo maior, a variação percentual foi menor que nas mulheres).

Além disso, de acordo com a mesma pesquisa supracitada, o intervalo de idades em que o consumo abusivo de álcool é mais prevalente é entre 25 e 34 anos, que, em 2020, era equivalente a 30,9%. Já o grupo com menor prevalência de consumo abusivo de álcool foi, em 2020, o de maiores de 65 anos, sendo a frequência de 5,7%. Ainda, tal levantamento de dados estabelece uma relação de nível de escolaridade e consumo abusivo de álcool, sendo que foi encontrado que quanto maior o nível de escolaridade, maior era o consumo abusivo de álcool. Para ilustrar, o grupo de menor escolaridade (0 a 8 anos) teve, em 2020, uma frequência de uso abusivo de álcool de 15% e o grupo de maior escolaridade (maior ou igual a 12 anos) teve uma frequência de 23,8%).

Ademais, é importante destacar que o consumo de bebidas alcóolicas está se iniciando cada vez mais cedo, principalmente em grupos menos privilegiados de oportunidades, assim como mostra os dados da Organização Mundial de Saúde (2018), em que afirma que 26,5% dos jovens de 15 a 19 anos beberam no ano anterior à divulgação da pesquisa, correspondendo a cerca de 155 milhões de pessoas.

Já em relação ao uso do tabaco, de acordo com Bastos (2017), em seu III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, estimou-se que cerca de 51 milhões de pessoas de 12 a 65 anos tenham consumido cigarros industrializados na vida (33,5%) e aproximadamente 20,8 milhões tenham consumido nos 30 dias anteriores à pesquisa, correspondendo a 13,6% dos brasileiros dessa faixa etária. Ainda, o levantamento destacou que a maior prevalência do uso do tabaco foi observada nas faixas etárias de 45 a 54 anos e de 55 a 65 anos de idade

Além disso, percebeu-se no mesmo relatório que os homens apresentaram prevalências de consumo de cigarros industrializados mais elevadas do que as mulheres, sendo elas de 16,2% nos homens e 11,2% nas mulheres. A pesquisa ainda consta que, entre os 51 milhões de indivíduos que utilizaram cigarros industrializados ao menos uma vez na vida, a idade mediana de início de consumo foi aproximadamente igual entre homens e mulheres (15,1 anos e 14,9 anos, respectivamente).

Por fim, o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira relata informações acerca do uso de substâncias ilícitas, sendo elas maconha, haxixe ou skank, cocaína em pó (excluídas as formas fumada e injetável), crack e similares (cocaínas fumáveis), solventes, ecstasy/MDMA, ayahuasca, LSD, quetamina e heroína. Com isso, foi possível observar que o uso de alguma substância ilícita na vida foi reportado

por aproximadamente 15 milhões de indivíduos, e o uso nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa por 2,5 milhões.

Além disso, o uso de alguma substância ilícita foi mais frequentemente reportado pelos homens do que pelas mulheres, sendo que a prevalência nos homens na data do levantamento foi de 15%, enquanto nas mulheres foi de 5,2%.

Já a respeito da faixa etária, tal pesquisa relatou que a de maior prevalência foi entre 25 e 34 anos, com frequência de 15,5%, seguida pela faixa etária de 18 a 24 anos, com frequência de 14,3%. Por outro lado, a faixa etária que apresentou menor prevalência do uso de substâncias ilícitas foi de 12 a 17 anos, com frequência de 4%, seguida pela faixa de 55 a 65 anos, com frequência de 4,2%.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE

Frente à compreensão dos prejuízos futuros ocasionados pelo uso de substâncias psicoativas pela fomentação de DCNT e diante dos dados epidemiológicos entende-se a necessidade de elucidar acerca das políticas públicas que visam a resolução desse revés que afeta a sociedade civil.

Referente ao monitoramento de metas do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil entre 2011 e 2022, evidenciou-se que a meta de redução da prevalência do tabagismo em 30% foi atingida em 2019, mostrando frutos positivos das ações de políticas públicas no enfrentamento dessa mazela. Por outro lado, ao observar o constante crescimento de dependência química e de abuso de entorpecentes, nota-se que a Política Nacional de Combate às Drogas, regulamentada em 2019 pelo Decreto n. 9.761/2019, apresenta-se como ineficaz na prevenção do uso de estimulantes, evidenciando a necessidade de novas medidas para tentar conter esse problema.

Outrossim, o artigo 10 da Política Nacional de Promoção de Saúde (2018) discorre sobre meios de promover, articular e mobilizar ações para redução do consumo abusivo de álcool e de outras drogas, com corresponsabilização e autonomia da população, incluindo ações educativas, legislativas, econômicas, ambientais, culturais e sociais.

Diante desse cenário, nota-se a importância de cada vez mais promover ações que disseminem o conhecimento acerca do uso de drogas psicotrópicas e suas consequências negativas, bem como enfatizar políticas já existentes. Assim, será possível reduzir o número de indivíduos com doenças crônicas em decorrência do consumo de substâncias psicoativas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto ao longo deste capítulo, compreende-se que as Doenças Crônicas não Transmissíveis afetam grande parcela da população e representam um grande risco à saúde, quando não controladas de maneira adequada. Nesse sentido, uma vez que fica claro que o uso e o abuso de substâncias psicoativas tem relação direta e indireta com a predisposição e o agravamento dos efeitos das DCNT, faz-se necessário que exista o controle desse consumo, visando a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos.

Além disso, outro ponto importante abordado durante este capítulo é a estreita relação da utilização desses compostos com o estilo de vida adotado atualmente, que tem como consequência o aumento do consumo dessas substâncias. Ainda nesse sentido, observa-se que há uma maior prevalência do uso dessas substâncias em homens do que em mulheres, apesar do crescente aumento do consumo nessa parcela da população. Nesse viés, percebe-se que, também, há um predomínio da utilização entre os indivíduos mais jovens, destacando-se as pessoas entre 25 e 34 anos.

Portanto, com o objetivo de diminuir os efeitos e o aumento do surgimento de DCNT, as Políticas Públicas já existentes para o controle do consumo de substâncias psicoativas são de fundamental importância, pois através delas é possível fazer um maior direcionamento de ações para os indivíduos mais afetados por esse problema e, assim, ter uma maior resolubilidade. Entretanto, observam-se algumas falhas na contingência dessa situação, demonstrando que ainda há um longo caminho a ser traçado visando à promoção e à prevenção da saúde da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado da. Consumo de álcool para pacientes com diabetes tem que ser na dose certa. **Saúde Bahia**, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/2017/02/10/consumo-de-alcool-para-pacientes-com-diabetes-tem-que-ser-na-dose-certa/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BORGES, L. C. V. et al. Adolescentes de escolas públicas: uso de drogas, determinantes sociais de saúde e distribuição espacial. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 31, 2022.

BRASIL, Decreto n. 9761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. **Diário Oficial da União**. Brasília. 11 de abril de 2019.

BRASIL. Lei Orgânica n. 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Primeiro Informe do Subsistema de Alerta Rápido sobre Drogas (SAR). Ministério da Justiça, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protECAo/politicas-sobre-drogas/subsistema-de-alerta-rapido-sobre-drogas-sar/primeiro-informe-sar-19-1-2022.pdf/view>. Acesso em: 19 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Propaganda e exposição de produto fumígenos**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/tabaco/propaganda-e-exposicao>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atendimento a pessoas com transtornos mentais por uso de álcool e drogas aumenta 12,4% no SUS**. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/15936>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Consumo abusivo de álcool aumenta 42,9% entre as mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/julho/consumo-abusivo-de-alcool-aumenta-42-9-entre-as-mulheres#:~:text=%C3%89%20considerado%20'uso%20abusivo%20de,ocasi%C3%A3o%2C%20nos%20%C3%BAltimos%2030%20dias>. Acesso em: 16 de abril de 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer - INCA. Tabagismo: causas e prevenção do câncer. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/tabagismo>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 118 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2006-2020: tabagismo e consumo abusivo de álcool**. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de tabagismo e consumo abusivo de álcool nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2020 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 64 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2020: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2020** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRUCKI, S. M. D. et al. **Canabinóides em neurologia**. Academia Brasileira de Neurologia , v. 73, n. 4, p. 371–374, abr. 2015.

BRUSSE, G. P. DE L. Como que as mudanças nas taxas de mortalidade e expectativa de vida afetam a projeção da população idosa no estado de São Paulo? **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. spe, p. 144–151, 2021.

FERREIRA, A. C. M., et al. **Fatores de risco e proteção para doenças crônicas não**

transmissíveis entre escolares brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 e 2019. Revista Mineira de Enfermagem, 2022.

MALBERGIER, André. **Abordagem clínica da dependência de drogas, álcool e nicotina: manual para profissionais de saúde mental.** Editora Manole, 2018.

MALBERGIER, André. Curso de capacitação: Dependência Química. Universidade Federal do Maranhão, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. OMS. **Relatório de status global sobre álcool e saúde 2018.** Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. Tabaco. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Álcool. [Internet]. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alcool>. Acesso em: 16/04/2023

OSHIRO, Carlos André. **Canabidiol e epilepsia no Brasil:** uma revisão atual. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOUZA, Dilma do Socorro Moraes de. Álcool e hipertensão. Aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos e clínicos. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 21, 2014.

VELLOZO, E. P. et al. Prevalência do uso de substâncias psicoativas por adolescentes de escolas públicas de um município da Região Metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, 2023.

XAVIER, C. A. C. et al. Êxtase (MDMA): efeitos farmacológicos e tóxicos, mecanismo de ação e abordagem clínica. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 35, n. 3, p. 96–103, 2008.